

A indissociabilidade entre Ensino/ Pesquisa/Extensão: verdades e mentiras sobre o pensar e o fazer da Universidade Pública no Brasil

*Profa. Dra. Norma Felicidade Lopes da Silva Valêncio **



* Coordenadora do Núcleo de Extensão Cidadania Universidade Federal de São Carlos-UFSCar (e-mail:normaf@power.ufscar.br).

Introdução

Temos assistido, com certa intranqüilidade, às recentes e intensas incursões da grande imprensa sobre o tema da decadência em que se encontra a Universidade Pública no Brasil. A posição dominante tem sido a de que, se a indissociabilidade entre o Ensino/Pesquisa/Extensão não consta da concepção educativa das mais conceituadas instituições do ensino superior dos grandes centros mundiais, deveríamos requerer que a Universidade Pública brasileira seguisse a mesma trajetória, adotando uma compreensão e um fazer especializados que, otimizando o uso de recursos humanos e materiais, justificasse seus constantes pleitos por mais verbas. Argumenta-se que a efetivação de atividades de ensino, pesquisa e extensão numa mesma Instituição tem sido não apenas danosa aos cofres públicos, mas seria a razão central pela qual - sob o argumento de que seu corpo docente e técnico-administrativo estaria atuando nessas três frentes - a Universidade Pública seria tão lenta, irregular e com baixa grau de absorção da demanda. Em outras palavras, seria a razão pela qual teria se tornado, segundo a concepção reinante, cara, ineficiente e inacessível.

O posicionamento da grande imprensa em relação ao tema vem casar com o propósito do atual governo de abandonar da Universidade Pública à sua própria sorte. Culmina o processo de descaso do MEC para com o ensino superior público, gratuito e de qualidade ao pretender encaminhar ao Congresso uma proposta de Autonomia Universitária que mal se compromete com a transferência de recursos que permita o pagamento das despesas correntes das Instituições, que dirá propiciar novos investimentos como os que venham a permitir a expansão na infra-estrutura física e do capital intelectual nos *campi* por todo o país. Não quer o atual governo manter vínculos com um ator social que é incapaz de financiar-se autonomamente. Incapacidade decorrente tanto das características de muitas de suas atividades (que não visam ganhos econômicos) quanto das

características particulares da economia e sociedade brasileiras (que não percebem na escolarização do povo e na produção de conhecimento um valor estratégico para a produção da riqueza e bem-estar social). E não quer assumir os custos pelas perdas - em equipamentos (sucateados), instalações (insuficientes) e cérebros (em fuga) - que até aqui se deram por fruto das suas recorrentes omissões.

Ao encontrar respaldo na grande imprensa (num servilismo que, já outros disseram, não existiu nem nos tempos da ditadura), a covardia do atual governo - mascarada em opção política pela “modernização das instituições”, entre elas, da universitária - tende a angariar uma relativa simpatia e legitimidade social, o que, se por um lado, nos atemoriza, por outro nos coloca a seguinte questão: que sociedade é esta que tende a aceitar, com certa passividade, o desaparecimento da Universidade Pública? Ou, numa via oposta, mas plenamente justificável, a questão: que Universidade Pública é esta que não se faz defender pela sociedade ante um iminente risco de desaparecimento?

Tais circunstâncias e questões não são clarificadas de maneira simples. Ao contrário, nos remetem à necessidade de propor uma reflexão que recupere os objetivos da Universidade no Brasil contemporâneo e, a partir de tais objetivos, como se confrontam as concepções *apartadoras* e *agregadoras* das atividades-fins desta Instituição. São, basicamente, duas as questões que poderiam conduzir nossa análise, quais sejam:

1) Até que ponto a aspiração governamental, sob os auspícios do Banco Mundial, de fragmentar a Universidade Pública em Centros de Excelência (uns poucos), de um lado, e Unidades de Ensino (a maioria), de outro, lograria o melhoramento da qualidade das atividades de ensino e pesquisa? Para onde iria a extensão nesta cisão?

2) A indissociabilidade seria equivocada como princípio norteador das práticas cotidianas do meio universitário? Ou o equívoco reside em como esta concepção está sendo apropriada no seio de tal ou qual Instituição?



Fragmentação ou recostura das atividades universitárias?

Para começarmos a pensar numa ou noutra direção, precisaríamos, primeiramente, adotar uma compreensão unívoca do que venha a ser o objetivo da Universidade, sem o que não poderíamos saber para onde ela caminha e para onde deveria caminhar. Em relação a isso, Botomé (1996) nos recorda: a missão da universidade é produzir conhecimento e torná-lo acessível. Produzir que tipo de conhecimento?, indagar-se-ia. O próprio Botomé (1996) responde: aquele que permita à sociedade agir melhor quando defrontada com problemas ou limitações impostos pela realidade. Isto é, conhecimento que subsidie o melhoramento das práticas sociais. Se este conhecimento não estiver referido à sociedade na qual a Universidade estiver inserida, se não chegar até ela, então, a Universidade não terá razão para existir. Isso nos faz lembrar as teses que são esquecidas nas bibliotecas, sem serem publicadas, empoeirando-se até mesmo na memória das bancas que as examinaram.

Ao lado da Pesquisa, a missão da Universidade também é realizar um Ensino Superior de qualidade – isto é, que capacite pessoas para virem a contribuir para a melhoria das condições de vida da sociedade -, o que também nos é lembrado por Botomé (1996). Então, se o Outro não tiver sido capacitado para tal, depois de passar pela Universidade, ela, novamente, não terá sentido.

Assim, se o que confere sentido na Pesquisa e no Ensino Superior é a sua relação com o Outro, a Extensão não pode ser entendida como um atributo autônomo em relação a ambos, mas uma decorrência da competente realização de ambos.

Defrontamo-nos, pois, com vários problemas oriundos da efetivação histórica de um “tripé” universitário - no qual cada “pé” tomou o seu próprio rumo - o que, na prática, sugere um antagonismo com a concepção de indissociabilidade.

Estaria em ocorrência situações nas quais aqueles que, pretensamente, têm competência científica ou pedagógica seriam indiferentes às relações acadêmicas estabelecidas fora do espaço de seus laboratórios e salas de aula. A Extensão seria, para estes, uma “outra coisa”, uma tarefa a ser desenvolvida pelos pares a quem falta a dita competência. Estes se moveriam para “fora dos

muros” alimentados ou por uma excessiva sensibilidade social - que, não raro, põe-se a desmerecer o saber científico, referendando sua prática no assistencialismo - ou pelo interesse de recompensa financeira - fazendo, sem nenhum ganho acadêmico (isto é, sem envolver discentes, colocando-os em processo de treinamento, sem constituir base de dados para produção de novos conhecimentos e em subsídio às discussões em sala de aula, etc.), atividades que estão no escopo tradicional do setor produtivo e/ou de serviços. Aqui, os “extensionistas” estariam não apenas substituindo as funções próprias de certos agentes econômicos (que são responsáveis por fazer análises laboratoriais correntes, plantas de instalações residenciais e industriais, relatórios de impacto ambiental, entre outros), mas competindo deslealmente, seja por usarem a marca institucional para proveito próprio, seja por poderem valorar seus produtos e serviços com preços aquém do mercado, já que os mesmos não internalizariam os custos de utilização de instalações e equipamentos e, ainda, passariam ao largo da carga tributária devida à atividade produtiva e mercantil *strictu sensu*. Com essa “outra coisa” sendo realizada sob o nome de Extensão, é certo que os ditos “competentes” não apenas não querem comprometer-se com a mesma, como também esforçam-se por expurgá-la, tal é a mácula que tais práticas causam à imagem institucional.

...SE O QUE CONFERE SENTIDO NA PESQUISA E NO ENSINO SUPERIOR É A SUA RELAÇÃO COM O OUTRO, A EXTENSÃO NÃO PODE SER ENTENDIDA COMO UM ATRIBUTO AUTÔNOMO EM RELAÇÃO A AMBOS, MAS UMA DECORRÊNCIA DA COMPETENTE REALIZAÇÃO DE AMBOS

...A SITUAÇÃO MAIS GERAL DE TRABALHO DOCENTE (EM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA) NA UNIVERSIDADE PÚBLICA É A MESCLA DAS AÇÕES DUAS DO TIPO ENSINO-PESQUISA OU ENSINO-EXTENSÃO E, MAIS RARAMENTE, PESQUISA-EXTENSÃO

O desdobramento inevitável é a continuidade da apartação acadêmica, com a cisão entre “competentes”. Os “competentes” em pesquisa e pós-graduação proclamam-se superiores aos que se dedicam ao ensino de graduação e abandonam esta atividade para disporem de mais tempo para a produção científica; os que ficam no ensino de graduação, sobrecarregados de turmas, não encontram colaboração dos primeiros para também poderem se capacitar e realizar pesquisas. Ambiente propício para ressentimentos e discórdias.

Mas, se retomarmos à situação de desprezo dos “competentes” em ensino e pesquisa em relação a seus pares, designados aqui como “extensionistas”, veremos que se trata, no mais das vezes, de um desprezo de mão dupla: também os “extensionistas” teriam razões para menosprezar os docentes que se fecham nos seus gabinetes, laboratórios e salas de aula. O argumento para a sua escolha por uma atuação “para fora dos muros” seria a inviabilidade de sua ética pessoal permitir o estabelecimento alianças com um Ensino Superior degenerado e uma Pesquisa malfeita ou sem propósito. Ambos estariam gerando a incômoda situação da Instituição ter que justificar recorrentemente sua inserção espacial e social. Quando a Universidade precisa dizer para que e para quem ela serve é porque a linha da hostilidade e do distanciamento em relação à sociedade, segundo

os “extensionistas”, já foi ultrapassada. Ao servir produtos ou serviços remunerados e acessíveis apenas a quem pode pagá-los, os “extensionistas” alegam que a consolidação das relações da Instituição com o mercado dá subsídios e pertinência às explanações em sala de aula - feitas por eles e/ou pelos pares - e abre as perspectivas de financiamento de projetos relevantes cientificamente, tocados pelos “competentes” em pesquisa. Ademais, por um sistema interno de taxação, estariam colaborando na captação de recursos para a Instituição como um todo e para o seu departamento em particular, viabilizando aquisições e pagamentos de despesas correntes que não são mais suportadas pelas vias tradicionais de financiamento. Ao servir aos segmentos sociais mais frágeis, alegam que as “caras” dos “de dentro” teriam ficado muito distintas das do “de fora”, assim como suas roupas, os veículos, o nível sócio-cultural. Isso seria um dos motivos pelos quais os “de fora” teriam passado a invadir os *campi* nos fins-de-semana, tomando o espaço universitário como área de lazer, apropriando-se indevidamente de equipamentos e depredando o patrimônio. A

Universidade, reagindo com o levantamento de cercas, aumentando seu aparato de fiscalização, olhando com mais desconfiança ainda os “de fora”, teria consolidado o alijamento das “hordas embrutecidas”, ampliando, ao invés de refrear, a sensação de mútua ameaça. Para que, então, serviria a Extensão, nesse contexto, perguntam os “extensionistas”? Serviria para substituir o clima de ameaça pelo de convivência pacífica. A Universidade, através da ação dos “extensionistas”, permitiria que os *campi* se transformassem numa extensão da casa, da escola, dos postos de saúde, do clube, de tudo aquilo que deixou de existir, deixou de ser acessível ou deixou de ter a qualidade requerida por este público. Assim, a Universidade faz a seu *mea culpa* por se ocupar centralmente de atividades não dirigidas para este segmento da população, como a Pesquisa e o Ensino Superior. Ou seja, os “extensionistas” estariam “segurando a barra” para que os “competentes” em pesquisa tenham a paz necessária para continuar a fazer aquilo que já fazem e para que os “competentes” em ensino não sejam cobrados a atualizar seus conteúdos, embasando-os na dura realidade social.



Há, por fim, circunstâncias nas quais os “competentes do ensino” (focados estritamente no nível de graduação) submetem “extensio- nistas” e “pesquisadores” a um convívio insu- portável, utilizando o espaço de sala de aula para, muitas vezes fugindo ao conteúdo programático das disciplinas, semear entre os alunos a des- confiança em relação a importância do trabalho de pesquisa e extensão empreendido pelos colegas, o que amplia o grau de insatisfação do aluno para com o curso em geral e acaba dando ensejo para que o mesmo abandone ou desacredite no valor daquilo que a academia, no seu todo, persegue.

Nossa intenção, ao descrever as situações acima, foi a de levar os confrontos e as comple- mentaridades dos papéis docentes ao paroxismo - tendo claro, pois, que a situação mais geral de trabalho docente (em dedicação exclusiva) na Universidade Pública é a mescla das ações duais do tipo ensino-pesquisa ou ensino-extensão e, mais raramente, pesquisa-extensão - para explicitar a nossa preocupação com uma forma cruel de indissociabilidade que, aqui e ali, vigora. Como nos parece injustificável a permanência desse “tripé” - inade- quado para o cumprimento do objetivo universitário, tal como o entendemos -, temos que pensar que o ideário da indissociabilidade tenciona ao apontar para um outro contrato e práticas. Antes de assinalarmos a que tipo de contrato e práticas estamos nos referindo, precisamos problematizar um pouco mais a relação da Universidade, não com ela própria, nas tensões internas que fabrica, mas com o restante da sociedade.

**TEMOS QUE PENSAR NUMA
EQUIPARAÇÃO
DAS OPORTUNIDADES DE
TODOS OS
SEGMENTOS SOCIAIS AOS
RECURSOS
DE QUE ELA, UNIVERSIDADE,
DISPÕE**

**SE PENSARMOS EM TERMOS
DOS DIREITOS UNIVERSAIS,
COMO O
DO ACESSO À EDUCAÇÃO,
NO BOJO DO QUAL
TRANSITA A
UNIVERSIDADE, TEMOS QUE
PENSAR NUMA
EQUIPARAÇÃO DAS
OPORTUNIDADES
DE TODOS OS SEGMENTOS
SOCIAIS AOS
RECURSOS DE
QUE ELA, UNIVERSIDADE,
DISPÕE**

É possível que haja consenso em torno da idéia de que, se o bom Ensino Superior e a boa Pesquisa não são autônomos em relação ao processo social, o fazer cotidiano da Universidade se alimenta dos anseios da sociedade envolvente. Ao estender conhecimentos que interessam aos diversos segmentos dessa sociedade - conhecimentos que, assimilados/incorporados, instrumentalizam e otimizam as suas práticas -, a Universidade estaria se legitimando. Todavia, quando a realidade histórica nos revela a existência de uma sociedade complexa/ heterogênea/conflitiva, fica mais difícil pensar sobre quais bases a Universidade deva procurar legitimar-se. E, contudo, torna-se mais impostergável o dilema ético com o qual terá que se defrontar: qual conhecimento deve ser produzido e a serviço de quem deve o mesmo prestar-se, ou ser estendido?

A opção pela recostura

Tal questão tem subjacente os elementos necessários não para rechaçar, mas para redefinir algumas práticas integradoras do Ensino/Pesquisa/ Extensão. Se pensarmos em termos dos direitos universais, como o do acesso à educação, no bojo do qual transita a Universidade, temos que pensar



numa equiparação das oportunidades de todos os segmentos sociais aos recursos de que ela, Universidade, dispõe. Se interesses heterogêneos/conflitivos existem na sociedade - a qual dá respostas transitórias aos mesmos -, também a Universidade deve deixar que reverbere nela essas questões, propondo respostas alternativas e mais avançadas. Quantas vezes assistimos a soluções econômicas produzidas pelas elites para, em nome do desenvolvimento, proteger aquilo que é do seu exclusivo interesse? A Universidade Pública, diante disso, deveria produzir respostas que viriam no sentido oposto, buscando consonância com o ideário da igualdade e da justiça distributiva. Quando sabemos que a trajetória da sociedade brasileira tem sido a de ampliação do contingente sob risco de exclusão social - ou seja, que equipamentos essenciais não foram e nem estão sendo colocados à serviço do cidadão -, isto é um dado de realidade sobre o qual a Universidade tem que se posicionar, um dado para o qual ela não pode permanecer insensível, porque o não enfrentamento dessas

questões irá, cedo ou tarde, respingar nela. Ao ficar impassível ante a pauperização da nação, desconhecida e inútil para a causa dos miseráveis, pensa-se protegida pelas elites. Mas o que dirão, cedo ou tarde, as elites? "Podemos ter acesso ao melhor equipamento de Pesquisa existente no mundo globalizado? Então, não precisamos ficar no país, vamos nos formar em Harvard, vamos ao MIT...". De um lado ou de outro, a Universidade fica mais próxima a uma situação de anomia, de perda de contato consigo mesma, quanto foge do âmbito das questões maiores na nação onde ela se insere, quando esquivava-se dos temas políticos e de situar-se em relação aos mesmos, como que evitando contaminar-se com assuntos "menores" que a Ciência (entendida, aqui, como atemporal e neutra). Tristemente assistimos à indiferença dos próprios cientistas sociais, não dispostos a realizar análises da conjuntura atual como se a mesma em nada fosse significativa para merecer estudos da área, como se esta conjuntura não fosse aquela onde se arquitetam mudanças profundas na Universidade Pública.

**...A INSTITUIÇÃO
UNIVERSITÁRIA ...TEM QUE
SER VISTA COMO PARTE
DA SOCIEDADE E,
MAIS AINDA, PARTE DA
SUA SOCIEDADE, DA
HISTÓRIA NACIONAL
DE ONDE
FOI PARIDA.
É COM ESSA HISTÓRIA
QUE TERÁ QUE
INTERAGIR**

As demonstrações de estranhamento da sociedade em relação ao papel e à importância da instituição universitária pública no Brasil e as demonstrações de indiferença do próprio corpo profissional que será afetado pelas mudanças que chegarão num futuro próximo nos levam a supor que estamos assistindo ao início, quase silencioso, do desaparecimento, senão da Instituição como um todo, da possibilidade de efetivação do ideário de indissociabilidade.

Aqui, talvez, possamos considerar a necessidade circunstancial de uma Extensão como atividade indutora tanto da renovação do Ensino quanto da busca de pertinência social da Pesquisa e, porque não dizer, que desperte a comunidade acadêmica e a sociedade no geral para o momento que estamos atravessando. Para tanto, precisaria ser conduzida pelos que não perderam as referências históricas da produção da Ciência e se municiam dessa história e dessa Ciência para tomar posições inovadoras e socialmente responsáveis nas suas práticas relacionais com os “de fora” e com os “de dentro”. Em segundo lugar, precisaria estar sincronizada e comprometida com a formação discente a fim de permitir a atualização dos conteúdos programáticos e, simultaneamente, embasar os novos profissionais numa ética de cidadania na qual buscassem ver respeitados tanto os seus direitos quanto os daqueles que se vêem impedidos de exercê-los de forma plena. Ou seja, para interagir com os demais segmentos da

sociedade e captar dela novas demandas, a Extensão universitária teria que adotar critérios acadêmicos de atendimento que também efetivam ganhos sociais. Não se deve esperar dela que mitigue eventuais equívocos do Ensino e da Pesquisa, mas que colabore com estes, ajudando a Universidade a rearrumar constantemente as suas experiências e o seu saber, recuperando, quando for o caso, a noção de que ela, Universidade, é co-partícipe, desde o nível macro até o local, no combate à degradação e à desigualdade. Dito de outra forma, a “competência” ensejada pelo ideário de indissociabilidade nada tem a ver com os antagonismos antes mencionado, mas, ao contrário, refere-se à capacidade institucional de promover a sinergia entre as três atividades-fins.

A Extensão não pode, todavia, significar um ato unidirecional de doação do conhecimento da Universidade para o Outro, mas uma reelaboração compartilhada do mundo aspirado, refletido e vivido por ambos, a partir do que se pode constituir um projeto coletivo de ação.

Freire (1971) há muito já nos atentava para o fato de que o homem é um ser em situação, que não pode ser compreendido fora de suas relações com o mundo. O desdobramento dessa reflexão para a instituição universitária é inevitável: ela tem que ser vista como parte da sociedade e, mais ainda, parte da sua sociedade, da história nacional de onde foi parida. É com essa história que terá que interagir. É com os problemas dessa sociedade que terá que, quotidianamente, se defrontar. E estes problemas deverão ser a base para suas escolhas em termos do Ensino/Pesquisa/Extensão.

**QUANTAS VEZES ASSISTIMOS
A SOLUÇÕES
ECONÔMICAS PRODUZIDAS
PELAS ELITES PARA, EM
NOME DO
DESENVOLVIMENTO,
PROTEGER AQUILO
QUE É DO SEU EXCLUSIVO
INTERESSE?**

À guisa de conclusão

Tudo o que até aqui dissemos remete a dois princípios para a recuperação do ideário de uma boa Universidade, a saber:

a) A Universidade não pode desenvolver uma percepção parcializadora de uma realidade multidimensional sob pena de, ao fazê-lo, impedir-se de produzir respostas que subsidiem uma ação autêntica sobre esta. Quando um conhecimento científico fragmentado se torna a base da ação do sujeito social (seja ele um trabalhador, uma comunidade, uma empresa), aos poucos, tal sujeito percebe-se frágil na sua capacidade de autodeterminação, o que redundava em deslegitimação do esforço universitário por parte de quem esteve em parceria com ela. Logo, o conhecimento que, estendido, gera as respostas mais viáveis no longo prazo é aquele que, preferencialmente, se assenta em uma base interdisciplinar. Embora a interdisciplinaridade seja um afã a ser perseguido pela academia, contra ela conspiram a formação verticalizada dos

docentes, a estrutura departamentalizada na qual se movem e o conjunto das vaidades que os impede de abandonarem os jargões de sua área para tornarem o seu saber compreensível ao Outro.

b) A Universidade não deve pensar *sobre* a sociedade, como se esta fosse um ente estranho. A Universidade deve pensar *com* a sociedade, tornando a se sentir parte dela e responsável por colaborar, como uma de suas partes constituintes, no processo de opção sobre os rumos micro e macrosociais envolventes. Isso não significa que a Universidade deva negar o seu todo vivido, inclusive a relativa alienação em que se colocou (e foi colocada) nas últimas décadas. Ao contrário, deve alimentar-se dessa história a fim de penetrar nas razões pelas quais as formas de produção de conhecimento e interação social precisam ser diferentes do que foram até então (lembrando, sempre, que cada caso é um caso e cada Instituição deve encontrar o nível de transformação a que precisa se submeter).

Os princípios acima apontam, novamente, para uma crítica à atual verticalização/elitização do



conhecimento e para uma crítica aos mecanismos institucionais de afirmação da distância e apartação social. O aumento da agregação dos diferentes de dentro da academia – na implementação de atividades interdisciplinares - colaboraria na aceitação da idéia de aumento da participação dos diferentes vindos “de fora”, daqueles que trazem os saberes que ainda não sabemos.

Enfim, essa Universidade não veria a sua Extensão como uma momento subsequente ao Ensino ou à Pesquisa, posto que seria um *locus* que submeteria a comunidade acadêmica a uma prática dialógica na qual ocorreria aprendizados mútuos, simultaneamente suportados pela reflexão teórica (Freire,1971). Seria, ainda, um processo de

construção do conhecimento devidamente socializado. A “boa” indissociabilidade é passível, sim, de ocorrer. Há experiências em curso, na Universidade Pública brasileira, que demonstram isso, como o Programa de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. Mas essa já é uma outra história...

Referências Bibliográficas:

Botomé, Silvio. **Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária.** Petrópolis/São Carlos/Caxias do Sul: Ed Vozes/Edufscar/Educs, 1996.

Freire, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Petrópolis: Ed.Vozes, 1971



Pequeno Guia Agenda 21 Local de Patricia Kranz é um livro dirigido a **tod@s** que gostariam de conhecer melhor esta proposta de construção de parcerias para o planejamento do desenvolvimento sustentável. Ele não é voltado apenas para os administradores públicos que querem implantar este novo modelo, mas serve para todos os grupos organizados e cidadãos que queiram descobrir novas maneiras de fazer a sua parte na construção de um mundo melhor e que garanta o futuro das próximas gerações.

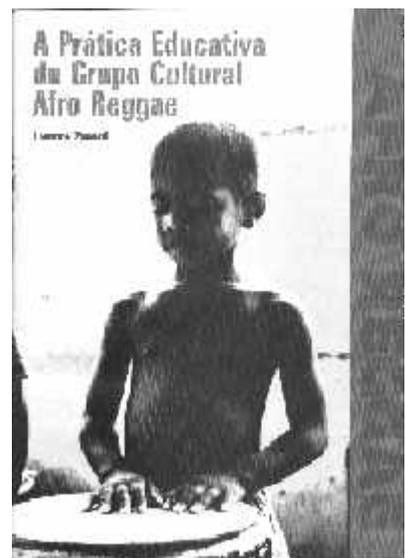
O livro tem 124 páginas, custa R\$ 15,00 (quinze reais) e está a venda na FASE pelo tel. XXX-21-286-1441 ou e-mail- sbrandao@fase.org.br ou escrevendo para Setor de Publicações Rua das Palmeiras, 90 Botafogo, CEP 22270-070, Rio de Janeiro, RJ.

Conheça a publicação do AFRO REGGAE cujo refrão de apresentação diz assim:

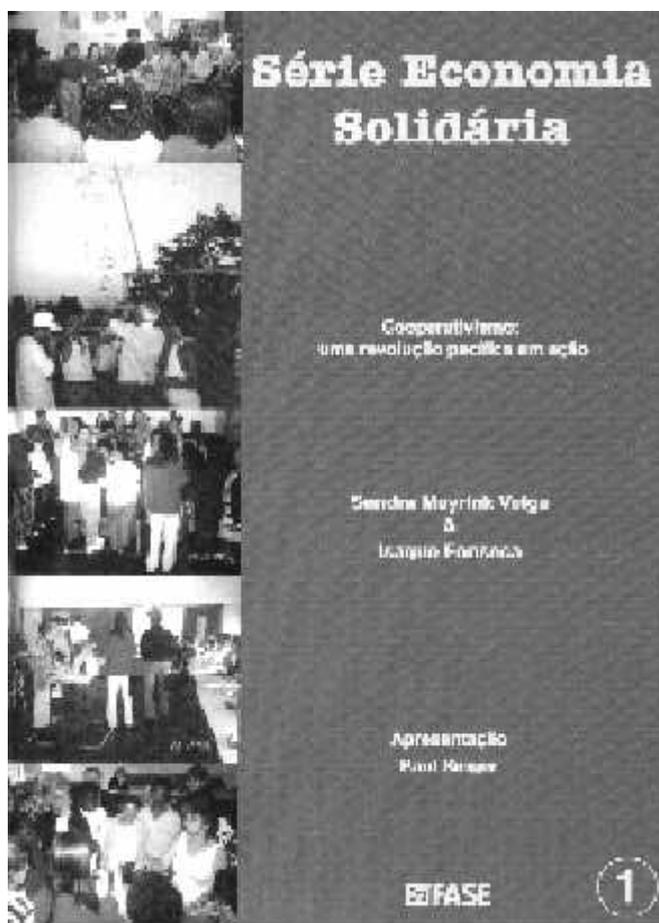
... chega de blá, blá, blá,
tá na hora, tá na hora,
tá na hora de mudar...

Banda Afro Reggae

A venda por R\$ 5,00 na FASE, pelo tel. XXX-21-286-1441 ou e-mail- sbrandao@fase.org.br ou escrevendo para Setor de Publicações Rua das Palmeiras, 90 Botafogo, CEP 22270-070, Rio de Janeiro, RJ.



Proposta Recomenda



Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação de Sandra Mayrink Veiga e Isaque Fonseca é o primeiro volume da Série Economia Solidária que a FASE acaba de lançar.

Segundo Paul Singer, esta cartilha vai servir de difusor e eventualmente de organizador do novo cooperativismo. Ela apresenta de forma acessível elementos básicos de cultura cooperativa de que as vítimas da crise tanto carecem. Ela será com certeza um instrumento valioso para que incubadores e multiplicadores possam habilitar trabalhadores a optarem por formas de produção e distribuição que se adaptam perfeitamente às necessidades, possibilidades e valores dos que não têm capital individual e nem almejam possuí-lo.

A cartilha tem 133 páginas, custa R\$ 7,00 (sete reais) e está a venda na FASE pelo tel. XXX-21-286-1441 ou e-mail- sbrandao@fase.org.br ou escrevendo para Setor de Publicações Rua das Palmeiras, 90 Botafogo, CEP 22270-070, Rio de Janeiro, RJ.